

2

O Casamento Acabou? A Crise do Casamento e a Família Contemporânea

2.1

Pequena história do amor no ocidente

A partir da análise dos textos bíblicos, Vera Socci (1983) observa que a sexualidade foi descrita como desejada por Deus, criada como algo bom (Antigo Testamento). Considerado pelos hebreus um direito divino, o casamento representava uma obrigação moral que tinha por objetivo gerar filhos e satisfazer as necessidades sexuais. No entanto, a maneira como a sexualidade era abordada pelos cultos pagãos da época fez com que os chefes religiosos de Israel limitassem e condenassem certas práticas, como a homossexualidade e o travestismo, por exemplo.

O sexo estava sempre ligado à reprodução. Os hebreus se casavam muito jovens e a escolha do cônjuge era feita pelos pais dos noivos, de onde podemos supor que o casamento e o sexo estivessem dissociados do amor. No entanto, aos homens eram permitidas práticas como a poligamia e a concubinagem, de modo que, supõe a autora, eles podiam vir a desenvolver sentimentos profundos de amor e prazer sensual oriundos dessas relações, ao passo que, no casamento, o sexo se limitava à função reprodutora. Como em qualquer sociedade que se preocupa com a linhagem familiar, a conduta sexual da mulher era controlada. Entretanto, a mulher não era subjugada.

Socci (1983) conta que, também na Grécia Clássica, os casamentos eram arranjados pelos pais. O noivo pagava determinado preço pela noiva (que, geralmente, só viria a conhecer no dia das núpcias) e, eventualmente era escolhido após derrotar candidatas “mais fracas” e “sem coragem” em torneios promovidos pelo futuro sogro.

Os homens tinham acesso à educação formal, assim como a atividades artísticas e esportivas, ao contrário da mulher, que deveria ficar confinada em casa desde o nascimento até o casamento. Até mesmo os afazeres domésticos eram realizados por escravos. Talvez devido a esse “despreparo”, tais mulheres tenham se tornado desinteressantes para seus maridos, o que faz com que a união entre amor e casamento entre os gregos daquela época nos pareça improvável. Havia também a

separação entre sexo-procriação e sexo-prazer. Para os gregos o amor só era possível entre pessoas iguais, ou seja, da mesma classe social, do mesmo nível intelectual, inclusive do mesmo sexo. A relação homossexual não carregava o tom pejorativo que traz até hoje nas mais variadas culturas. Ao contrário, era considerado normal que um homem viril e educado se relacionasse com um rapaz (os rapazes, jovens e dotados de invejável porte físico, representavam o ideal de beleza, e também acreditava-se que todo corpo belo continha uma bela alma), a quem deveria ensinar e inspirar. A homossexualidade concretizaria, assim, a fusão entre os prazeres corporais e o amor puro e apaixonado. A segregação dos sexos foi outro fator que certamente contribuiu para a alta taxa de homossexualidade da época.

Também em Roma antiga, era o patriarca quem decidia com quem os filhos deveriam casar-se, e o homem tinha plenos direitos sobre a esposa. Na religião romana, o sexo era visto como natural, interessante e aprovado pelos deuses. O casamento não requeria sanção religiosa ou governamental, configurando uma questão pessoal, de modo que parece mais provável que os romanos conseguissem aliar amor e casamento. Apesar de a mulher ter conquistado certa liberdade pessoal e de os romanos serem rigorosamente monógamos, vigorava ali um padrão de dupla moral. O homem que apanhasse a mulher em adultério poderia matá-la impunemente, ao passo que a ela não era garantido o mesmo direito.

Com a decadência do Império Romano, o Cristianismo foi obtendo a sua ascensão. O Novo Testamento privilegia o celibato, ao contrário do Antigo. A virgindade, que até então só era importante antes do casamento, passa a ser exaltada, tanto para homens quanto para mulheres. Assim, as relações sexuais deveriam ter por finalidade única a procriação.

Michel Sot (1991) relata que, dentro do casamento, a sexualidade era vista como um bem necessário à procriação, mas transformava-se num mal quando maculada pela concupiscência (procura do prazer). Para o autor, o celibato de Cristo e a virgindade de Maria são exemplos de tamanha exaltação da castidade.

Socci (1983) lembra que, numa sociedade onde os indivíduos eram permitidos entregar-se ao amor e aos desejos, onde cultuava-se os luxos, a nova religião foi

conquistando seu espaço, inexplicavelmente, escarnecendo e castigando os prazeres, negando o direito ao amor carnal e exaltando a humildade e a pobreza.

Para muitos, é exatamente aí que se encontra a explicação. Segundo Hunt (1950, In: Socci, 1983), esta conversão se deu devido ao desgaste que o erotismo pagão havia sofrido ao longo dos séculos. Em virtude dos excessos característicos, a vida familiar sofreu uma desintegração que teria deixado o povo sem um sistema satisfatório de vínculos afetivos, entregues ao isolamento e à frustração emocional. E foi então diante deste cenário propício que a moralidade cristã exerceu a sua influência sobre o amor e a sexualidade.

Uma vez que a decadência da sociedade romana fora atribuída a castigo divino, a vida luxuosa, os prazeres sensuais e os divertimentos ficaram então ligados ao pecado e ao castigo. É curioso o fato de que até mesmo doenças como a lepra foram relacionadas ao comportamento pecaminoso. Le Goff (1991) conta que, segundo teólogos da época, os leprosos nasceriam de esposos que não sabiam conservar sua castidade nos dias que não eram propícios e nas festividades.

Sot (1991) lembra que até o século X a benção nupcial não era considerada uma obrigação para os cristãos. O casar pela Igreja só se tornara prática corrente a partir do século XIII. E foi a Igreja que acentuou a necessidade do consentimento livre dos noivos.

A vida sexual conjugal também sofreu intervenção da Igreja, que restringia ao máximo as possibilidades para o coito, restrições que iam desde o estabelecimento de dias próprios e horários, até a indução ao comedimento na expressão do amor. A monogamia era tida como a única forma aceitável de casamento e o adultério tornou-se igualmente punível para homens e mulheres. O concubinato fez-se inaceitável e a indissolubilidade se confirmou (no concílio de Catargo 407 d.C.).

Para Sot (1991), a Igreja conseguira, assim, unificar costumes de diferentes culturas - casamento monogâmico, indissolúvel, fundamentado no consentimento recíproco de dois indivíduos -, integrando-os no seu modelo de casamento.

Alguns autores consideram que a doutrinação cristã do casamento e da sexualidade tenha aperfeiçoado “a natureza bárbara do homem”, fazendo-o voltar-se para o amor altruísta, e proporcionando novas oportunidades à mulher, ao atacar o

duplo padrão da moral sexual. Como ponto negativo teríamos as medidas muito restritivas no que se refere ao corpo, ao prazer e ao sexo. E, infelizmente, as conseqüências de tais medidas têm ressonância ainda hoje.

No início da Idade Média a vida sexual acompanhava o clima de caos político que se instalara na Europa Ocidental. Eram comuns estupros e prostituição, e foi então que a Igreja se tornou uma aliada politicamente útil à manutenção da estabilidade.

Apesar de a Igreja ressaltar a importância do consentimento dos noivos, os casamentos ainda representavam um contrato comercial destinados a fortalecer alianças, oferecer segurança econômica, filhos e alívio da tensão sexual, e continuavam a ser arranjados pelas famílias.

Segundo Áries (1991), no final da Idade Média, havia uma diferença essencial entre as sociedades do Noroeste da Europa, berço da futura Revolução Industrial, e as outras. Ali, a idade do casamento era tardia (às vezes depois dos 25 anos), diferentemente da grande massa das populações, onde o casamento, geralmente, seguia-se logo após a puberdade. O que faziam então os jovens até a idade de se casarem? Aparentemente, de acordo com o autor, nada. Os registros de nascimentos ilegítimos eram muito raros.

Por volta do final do século XI foi-se estabelecendo um novo tipo de relação entre o homem e a mulher, o amor cortês, que começou como a expressão de um mero estilo literário, e posteriormente influenciou as maneiras sociais da época. Como movimento literário teve início com alguns poetas e nobres do sul da França, espalhando-se em seguida para as nações adjacentes. Os homens começaram a cultivar as artes do conto, da dança e da composição, os banhos se tornaram mais freqüentes e as roupas mais sofisticadas, as conversações mais gentis e galantes, tudo para agradar as damas. O amor cortês era exaltado principalmente pelos trovadores, através de poemas e canções que afirmavam o poder enobecedor do amor, a elevação da amada a uma posição superior à do suplicante, a idéia da fidelidade e do amor como paixão ardente (Socci, 1983, p.21). Era um amor que celebrava a abstinência. O amante perfeito deveria contentar-se em servir à sua dama. Deveria agradá-la, amá-la,

exaltá-la e, em troca, teria dela o apreço por seu comportamento. E somente isso. O sexo não era permitido.

De acordo com Jacques Solé (1991), o nascimento do amor cortesão, na Idade Média, não significa que o sentimento amoroso fosse desconhecido das outras civilizações; ele teria construído-se a partir de elementos inerentes ao seu meio de origem e às sociedades vizinhas.

Solé (op.cit.) conta que a doutrina do amor cortesão teve seu declínio nos séculos XIII e XIV, em conseqüência da dupla investida da Igreja romana e do feudalismo francês. “Para os católicos, a erótica do amor cortês representava, evidentemente, uma heresia” (p.111). Para a Igreja era importante combater a exaltação de sentimentos extraconjugais.

Socci (1983) revela que, no final do século XV e início do século XVI, o conceito da mulher se tornaria dualístico. Ela passara a ser dama ou feiticeira, virgem abençoada ou Eva pecadora, objeto de adoração ou de luxúria abominável, e assim, temida. Nesta cisão está implícita a tensão entre a religião e os interesses das nações e humanísticos. Em meados do século XVI a mulher ascendeu politicamente, teve maior acesso à educação intelectual e artística, tornando-se assim mais atrativa. A cisão foi então transformando-se em síntese, fundindo assim os dois aspectos da natureza feminina. O impulso romântico passou, a partir de então, a levar ao casamento. E a aliança entre amor e casamento não se deu somente entre aristocratas e intelectuais, mas também entre a classe média. Desta forma, o casal não mais fundamentava a sua união no intuito de produzir descendentes ou cooperar economicamente, mas também para gozar o companheirismo, a amizade e a paixão. Na passagem do século XVI para o XVII o sexo deixou de parecer tão pecaminoso e repulsivo, podendo então ser associado ao amor no casamento.

Na segunda metade do século XVI o consentimento paterno deixou de ser necessário para o casamento, passando a contar apenas o livre consentimento dos noivos. Mas para a igreja, a sexualidade continuava ligada à reprodução e o prazer sexual ainda era pecaminoso. A liberdade de escolha dos cônjuges significou que a compatibilidade psicológica ia sendo, aos poucos, aceita como requisito básico para o casamento. Assim o adultério e a prostituição passaram a ser menos tolerados.

Por volta dos séculos XVII e XVIII a mulher começou a ascender legal e socialmente. Os avanços tecnológicos trazidos pelas descobertas científicas levaram a um aumento do racionalismo, enquanto a teologia decaía. Diante deste cenário, o amor romântico, sofredor, idealizador, parecia ridículo, afirma Socci (1983). Entre os aristocratas, a emoção perdia terreno. Em seu lugar o prazer deveria ser elevado e a dor reduzida. Nas classes mais elevadas buscava-se o prazer desvinculado do afeto e do matrimônio, por isso era muito comum que tivessem amantes.

Já entre a pequena burguesia, cujos casamentos não se realizavam por interesses comerciais, eram a afinidade e o amor que orientavam tais uniões. Neste caso, eram pouco frequentes as ligações extraconjugais. A esposa ajudava o marido em seu ofício ou trabalhando em casa. A mulher ia adquirindo maiores direitos e a até então pouco mencionada “incompatibilidade psicológica” configurou motivação suficiente para um segundo casamento após o divórcio, ao lado do adultério e do abandono.

Algumas transformações político-econômicas no final do século XVIII e início do século XIX trouxeram um declínio da razão, bem como do controle das emoções. A “sensibilidade” estava em alta, e trazia consigo a polidez, a “decadência” física e a exibição de um linguajar subjetivo e rebuscado. O amor era considerado uma força poderosa e uma finalidade nobre da vida. Havia uma timidez característica, principalmente em relação ao sexo oposto. Mesmo os homens, fugiam à sexualidade, assim como apreciavam a mulher acanhada e casta. A essas modificações nos ideais sociais denominou-se romantismo:

“movimento literário, político e social, caracterizado por elementos como protesto (contra a tirania da razão, a moral vigente, a estratificação social, males da sociedade), a busca do natural, a valorização da sensação e da emoção, o amor ao passado, às terras distantes e exóticas, a busca da morte por amor” (Socci, 1991, p.30).

O romantismo, assim como o industrialismo, consolidou o conceito de “mulher-gavinha”: “fraca, temerosa, ansiosa de amparo e domínio por parte de um tipo robusto de homem” (Idem, p.31). Ao perder suas funções no lar, a mulher se tornava menos útil ao homem, de modo que foi necessário desenvolver outras maneiras de conquista, como lisongear-lhe o ego através da proclamação de sua

fragilidade e dependência. Mudou também o ideal de conduta masculina, que passou a ser o do marido devotado e caseiro.

A Era Vitoriana trouxe uma veneração exagerada da vida doméstica e a domesticação do amor romântico. O lar se estabelece como o lugar da paz, do abrigo, de conforto emocional. Assim, o amor da mulher foi reconhecido novamente como fonte de valor ético. Para esses homens o aperfeiçoamento ético viria através do amor conjugal. A mulher deveria ser imaculada e impecável. E esta excessiva preocupação com a sua respeitabilidade, afirma a autora, teria contribuído para a formação de numerosos novos tabus.

O ato sexual, mesmo dentro do casamento, era considerado repulsivo e indecente. O homem deveria manter sob controle seus sentimentos “inferiores”, o que não representaria problema para a mulher, pois acreditava-se que somente as prostitutas sentiam desejo sexual, o que era considerado, até mesmo por ginecologistas renomados, patológico na mulher. A qualidade do amor nos casamentos vitorianos era, portanto, dessexualizada. “Quando os homens queriam paixão, pagavam por ela, sustentando a amante ou procurando a prostituta” (Socci, 1991, p.57).

Apesar de enaltecer o sentimento doméstico, o casamento na Era vitoriana não poderia ser traduzido, portanto, como modelo de felicidade conjugal.

Já no final do século XVIII e início do século XIX, era possível perceber um descontentamento, por parte de alguns, com a subjugação das mulheres e com o casamento burguês. Segundo Corbin (1991), em Nantes, os prazeres do amor servil já não atraíam tanto, de forma que houve uma tendência a se “substituir” a relação de domínio do marido sobre sua esposa por uma relação mais intensa, “apimentada pelo sentimento”, e para isso os homens utilizavam-se de mulheres “por conta”. E as autoridades urbanas tinham consciência do utilitarismo da concubinação e das casas de prostituição, visto que estas eram consideradas “exutórios indispensáveis às paixões masculinas contrariadas pelas estratégias matrimoniais” (p.147).

“A teoria científica que então se contrapõe ao orgasmo feminino no seio da união conjugal, o angelismo romântico que tende a fazer esquecer à jovem burguesa que ela tem um corpo e o progresso que constituía, no seio desse mesmo meio, a intimidade de um lar centrado na educação dos filhos favorecem a proliferação desta sexualidade ilegítima, sem dúvida mais

enganosa, tolerada, mas mais ou menos discretamente vigiada pelas autoridades e pela opinião pública” (Corbin, 1991, p.147).

No decorrer do século XIX, foi aumentando o número de pessoas que lutavam em favor de maiores direitos para a mulher, em prol de sua emancipação. Temos como exemplo as comunidades owenistas e fourieristas na primeira metade do século XIX nos EUA, que procuravam conciliar o comunismo, o livre pensamento religioso e o casamento igualitário, misturando o radicalismo econômico a experiências modificadoras das relações no amor e na vida conjugal.

Apesar das resistências, os movimentos em prol dos direitos femininos foram ganhando força. As mulheres foram aos poucos se livrando de sua vestimenta pesada, passaram a praticar esportes e conquistaram privilégios econômicos. Com a saída da mulher para trabalhar fora de casa abriu-se a possibilidade de que a vida profissional a realizasse mais do que o casamento. Assim, sustentando-se através do próprio trabalho, poderiam fugir de casamentos infelizes e sem amor. O “amor vitoriano” já não se sustentava: “Talvez o amor vitoriano tenha sido uma desesperada defesa de retaguarda contra as mudanças inevitáveis provocadas pela civilização industrial” (Socci, 1983, p.40). Ao mesmo tempo em que representava uma forma de amor interessada na preservação da família e da estabilidade da sociedade, foi possível encontrar no amor vitoriano aspectos que não eram indicadores de felicidade. Um exemplo disso é o descontentamento inerente aos primórdios do movimento feminista. A sensualidade eclodia em movimentos como o naturalismo-realismo, na literatura, que também acusava a decadência e a perversão.

Para além da literatura, houve notável aumento da prostituição, já que as mulheres trabalhadoras eram mal remuneradas, e por isso muitas contavam com outras fontes para sobreviver. Incluem-se neste rol as empregadas domésticas, governantas e costureiras que precisavam se submeter aos caprichos dos patrões para não perderem o emprego.

O aperfeiçoamento dos métodos contraceptivos, já na segunda metade do século XX, teria consolidado a emancipação feminina. A mulher não mais precisaria abandonar suas aspirações profissionais em função do casamento e as tarefas domésticas começam a ser divididas entre o casal. Tal emancipação teria, então, favorecido o desenvolvimento de uma relação mais igualitária entre os sexos.

Citando Hunt, que chama a nossa era de “A idade do amor”, Socci (1983) ressalta o quanto o amor é, hoje em dia, exaltado, sendo cantado, representado, retratado, noticiado, enfim, configurando uma “condição ‘sine qua non’ para uma vida feliz” (Hunt, p.321, In Socci, 1983).

Este amor proclamado por homens e mulheres na atualidade procura combinar o desejo sexual, a amizade afeiçoada e as funções procriadoras da família. A escolha do parceiro passa a ter como critério a atração romântica, e é esperado que a ternura, a excitação e o mistério coexistam com a rotina doméstica e os cuidados com a prole.

Para Socci (op.cit), estamos vivendo uma era de contradições. Ao mesmo tempo em que glorificamos a síntese do amor com o sexo, contribuímos, com o auxílio dos meios de comunicação de massa, para uma banalização da sexualidade, de forma que a sedução se sobrepõe à camaradagem, ao companheirismo e ao amor.

Se esses são fenômenos coexistentes, mas diferentes e independentes, ou se a fase de transição entre “velhas normas” e “novas ordens” impulsionam os sujeitos a buscarem meios de atenuar suas incertezas, o fato é que, nunca o homem se sentiu tão perplexo a respeito do amor e do sexo.

2.2 **O amor na contemporaneidade**

Vimos que durante um longo período na história, o amor foi visto como um sentimento que surgia após o casamento, de modo que não possuía o caráter fundamental que ostenta hoje. Sendo assim, o casamento não acabava quando o amor terminava. A necessidade que criamos, hoje em dia, de unir amor e casamento gerou em nós expectativas que, segundo Jablonski (1991), estão fadadas à frustração. Para ele, o amor se tornou entre nós, ao mesmo tempo, fator de união e desagregação do casamento contemporâneo.

Talvez isso ocorra devido a uma supervalorização cultural do chamado “amor-paixão”. Alguns autores destacam a existência de dois tipos de amor: o amor-paixão e o amor-companheiro. No primeiro caso há, além da idealização do outro, atração visual, desejo de servir (ser servido), adoração, flutuação do humor, entre outros. Esta tendência à idealização vai diminuindo com o amadurecimento, levando

assim ao amor companheiro. A transformação em amor companheiro ocorre quando a relação permanece, de forma que sobressaem a ternura, a amizade, o companheirismo. Mas esta “evolução” no relacionamento significa para muitos o fim do amor, pois estes não suportam a passagem da paixão para o companheirismo. Entretanto, segundo o autor, é o amor companheiro que torna duradouro um casamento: “Se o amor-paixão faz, nos dias de hoje, ‘acontecer’ os casamentos, é o amor-companheiro que vai mantê-los” (p.77).

Vivemos numa época em que, ao mesmo tempo em que observamos certa descartabilidade nas relações, percebemos em contrapartida um grande investimento emocional nas mesmas. Existe atualmente uma ambivalência de atitudes no que diz respeito aos relacionamentos amorosos. Os novos arranjos tentam conciliar sentimentos duradouros com a fugacidade da vida moderna. Prioriza-se a qualidade e intensidade do relacionamento em detrimento do compromisso de perdurar enquanto casal até a morte.

A este respeito, Giddens (1993) enfatiza dois aspectos. Um deles se refere ao fato de as pessoas se utilizarem cada vez mais do termo relacionamento - e não namoro ou casamento - para designar o vínculo que as liga a seus parceiros. Essa mudança, que é sem dúvida bem mais do que terminológica, denota as transformações por que passa o casamento e uma série de outras situações nas quais as pessoas, associadas umas às outras por vínculos emocionais próximos e continuados, só mantêm seu relacionamento enquanto ambas as partes considerarem que extraem dele satisfações suficientes, para cada uma individualmente.

O tipo de amor em questão é confluyente e não mais romântico. O autor define como confluyente esse tipo de amor que volta-se para a busca de um “relacionamento especial”, e não de uma “pessoa especial”. Nessa busca, o fator preponderante não é a consideração, o cuidado ou a deferência à pessoa amada, mas a preocupação com a relação, que, submetida a um processo constante de negociação e de construção, merece cuidados especiais. O relacionamento erótico-afetivo só é mantido enquanto cada um dos parceiros obtém um certo grau de benefícios que justifique a sua continuidade. O amor confluyente presume igualdade na doação e no recebimento emocionais, de modo que só se desenvolve até o ponto em que cada parceiro está

preparado para manifestar preocupações e necessidades em relação ao outro e está vulnerável a este outro.

Este tipo de amor também traz para o cerne do relacionamento a importância do erotismo, do prazer sexual como elemento essencial para a manutenção ou a dissolução da união. Assim, cada vez mais os casais recorrem a fontes de informação, aconselhamento e treinamento sexual como forma de se manterem atualizados, e com isso serem capazes de proporcionar maior satisfação para o outro e para si mesmos.

Giddens (op.cit) considera que atualmente os ideais de amor romântico tendem a se fragmentar diante da pressão da emancipação e da autonomia sexual feminina. Este tipo de amor dependeria da identificação projetiva, característica do amor-paixão, como fator imprescindível para que os parceiros sintam-se atraídos e desejem se unir, criando assim uma sensação de totalidade com o outro. No entanto a identificação projetiva não seria compatível com o desenvolvimento de uma relação que dependa da intimidade para ter continuidade.

Deveres e obrigações ligados ao casamento tradicional heterossexual indissolúvel são descartados como retrógrados e postos em dúvida, assim como a idéia de que o amor seria o componente básico e essencial ao exercício da sexualidade plena. Amor e sexo não mais caminham, necessariamente, lado a lado. Hoje muitos jovens optam pela coabitação em detrimento do casamento por acreditarem que a falta de compromisso, a ausência de delimitações legais da relação é o que garante a sua qualidade.

O que há algumas décadas poderia caracterizar-se como permissividade sexual, hoje é visto como liberdade de escolha, independência, especialmente para as mulheres, que ainda lutam para consolidar sua emancipação e autonomia sexual. A possibilidade de as pessoas se unirem e de se manterem unidas em decorrência única de elos subjetivos ligados ao desejo é tida como um direito inquestionável do indivíduo, cuja fidelidade maior situa-se na relação que ele mantém consigo mesmo, com seus prazeres, sua felicidade e seu bem-estar pessoal.

Mas, apesar de tudo isso, não são poucos os jovens que ainda buscam uma união legitimada cível e/ou religiosamente. Chaves (1997) afirma que a família e o casamento continuam sendo pontos de referência básicos, e que, paradoxalmente,

nunca mais a família e o casamento serão experiências vividas da mesma forma como foram no passado.

Para ela, ao mesmo tempo em que o ideal igualitário da sociedade moderna trouxe para os indivíduos um sentimento de liberdade, o enquadrado dentro de outras normas e valores. As formas de poder não teriam deixado de existir, e sim se deslocado de instâncias visíveis para outras relativamente invisíveis.

“O ideal do casamento moderno é a intimidade psicológica total. A percepção de que o outro é diferente, dotado de uma individualidade própria, e o respeito mútuo são condições imprescindíveis para a existência do casamento. É necessário que haja amor, companheirismo, bom relacionamento sexual, compreensão, autonomia, capacidade de estar só e de auto-observação, estabilidade, confiança, sinceridade, honestidade e autenticidade. Demonstrar o amor é uma necessidade imperiosa, assim como compartilhar o cotidiano” (Chaves, 1997, p. 28).

Aquilo que a autora chama de “casamento confessional” gera no casal muitas expectativas, assim como impõe uma relação de intensa intimidade que prevê um alto grau de auto-revelação de ambas as partes. E este “dever” de “se dar”, se mostrar, acaba por produzir uma situação paradoxal: as fronteiras individuais tendem a se desfazer ao mesmo tempo em que se sentem casados à maneira individualista. A obrigatoriedade da intimidade às vezes atrapalha regras básicas de convivência, podendo acarretar num esgotamento da relação. O ideal contemporâneo de casamento prevê uma entrega total do indivíduo, o que além de gerar expectativas e idealização do outro, pode produzir uma sensação de esvaziamento, provocando assim tensões e conflitos na relação conjugal.

Segundo Chaves (op.cit), os relacionamentos amorosos de hoje têm como requisitos indispensáveis o desejo, a verdade, e a individualidade. O que determina a escolha do parceiro ou a permanência na relação são a vontade e o desejo, ambos bem claros. A preocupação com o próprio prazer se sobrepõe ao investimento no outro e a sensualidade do corpo é muito valorizada. A qualidade das relações também é muito importante, visto que atualmente elas mantêm-se somente enquanto prazerosas e úteis para ambos.

Mas somado à valorização da vontade própria e da individualidade existe um desejo de estar junto, de casar, conviver, se unir a alguém. Neste sentido, Féres-Carneiro (1998) chama a atenção para “o difícil convívio da individualidade com a

conjugalidade”, já que muitas vezes parece que uma tende a anular a outra. Ao mesmo tempo em que os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, valorizando o crescimento e o desenvolvimento de cada um, existe também uma necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais.

Féres-Carneiro (op.cit.) afirma que todo casal precisa conciliar em sua dinâmica duas individualidades e uma conjugalidade, pois são dois sujeitos com todas as suas vicissitudes e histórias individuais convivendo com um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida do casal. O casal cria assim um modelo único que define a sua existência enquanto tal, identificado pela autora como “identidade conjugal”.

Ao estimular a autonomia do indivíduo, a família cria uma contradição entre a negação e a valorização de laços de dependência, o que acaba ocorrendo também no laço conjugal, onde, segundo a autora, “é preciso ser ‘um’ em sendo ‘dois’”. Assim, os relacionamentos conjugais nas sociedades ocidentais modernas são mais valorizados e priorizados que as relações sociais e familiares mais amplas.

Investigando as expectativas e visões de mundo de homens e mulheres em relação à constituição de modelos de casamento e de família, Jablonski (2003) constatou que a sociedade age de forma ambivalente. Os estímulos são ao mesmo tempo de união amorosa e de ruptura dos laços. A exaltação de um estilo de vida altamente individualista é incompatível com o espírito do “familismo”. Assim, os apelos ao novo e à descartabilidade confrontam-se com a noção de comprometimento inerente à opção de quem quer se casar.

Ao discutir os limites da individualidade nas relações amorosas, Magalhães (1993) destaca que a sociedade moderna está vivendo - em termos psicanalíticos - a “era do narcisismo”, marcada pelo culto ao ego:

“O casal moderno privilegia a multiplicação de ensaios, a busca da unidade perfeita ao invés de submeter-se ao compromisso da longevidade. Na medida em que caíram por terra os imperativos sociais, econômicos e religiosos que favoreciam a duração e a indissolubilidade, o amor passa a comandar a vida a dois”. (Magalhães, 1993, p. 59).

A autora observou que o discurso do ideário igualitário se manifesta de maneiras diferentes de acordo com a faixa etária. Mais atingidos pela aceleração do

processo de modernização em fases ainda precoces do seu desenvolvimento emocional-afetivo, os mais jovens apresentam um discurso mais marcado por valores individualizantes e, conseqüentemente, sofrem os conflitos e ambivalências resultantes da coexistência de valores modernos e arcaicos.

Magalhães (op.cit) afirma que o casamento moderno, marcado pelo individualismo, privilegia o prazer. Os jovens casais definem o casamento com base no aumento da convivência, enfatizando a satisfação individual dos cônjuges e o prazer “a dois”, assim como a privacidade. No casamento moderno os filhos são vistos como obstáculos à privacidade conjugal.

Existe maior valorização e discriminação dos projetos individuais nos casais mais jovens, de modo que o crescimento profissional dos sujeitos tem grande influência na relação. O casamento também é visto muitas vezes como um empecilho ao desenvolvimento profissional dos parceiros. Normalmente a contribuição nas despesas é proporcional ao ganho de cada um.

A autora observou em suas pesquisas a grande importância dada pelos sujeitos à liberdade e à fidelidade. Ninguém abre mão da exclusividade do parceiro, e nos casais mais jovens a liberdade para permanecer ou não na relação parece conferir à mesma um status ainda maior. Mas o discurso em defesa da liberdade é confrontado com declarações de insatisfação dos sujeitos no que diz respeito às relações sociais do parceiro com pessoas do sexo oposto.

Magalhães (1993) considera que a excessiva preocupação com o prazer individual na sociedade moderna favorece a falta de sintonia entre os parceiros. Enquanto as mulheres enxergam no aumento da intimidade um fator de melhoria na vida sexual, os homens consideram exatamente o oposto: o excesso de intimidade provocaria o desinteresse sexual.

Existe ainda um descompasso no que diz respeito à introjeção dos valores individualistas. As mulheres teriam sido mais atingidas pelo processo de modernização, talvez pela necessidade de se igualar ao homem, de modo que hoje elas se apresentam mais identificadas com os valores individualistas, enquanto os homens se apegam mais aos valores hierárquicos.

Constatamos assim que a convivência de valores igualitários e hierárquicos provoca certa descontinuidade, principalmente entre os mais jovens, causando conflitos e ambivalências. Os valores introjetados precocemente pelo sujeito não acompanham a velocidade do processo de modernização, ainda que o discurso individualista esteja presente.

Bauman (2003) também ressalta a liquidez e a fugacidade das relações contemporâneas. Ele afirma que para muitas pessoas o amor é um acontecimento recorrente, ou ao menos aquilo que elas julgam ser amor. Enquanto vivem uma relação de amor, essas pessoas têm plena consciência de que outras virão, de modo que continuam, de certa forma, “abertas” a novas possibilidades. Assim, a noção de “amor eterno” caiu por terra, do mesmo modo que o padrão das experiências chamadas de amor. A expressão “fazer amor” é hoje utilizada para designar até mesmo uma eventual noite de sexo.

Assim sendo, passamos a acreditar que amar é uma habilidade que pode ser adquirida e até aperfeiçoada com a prática, de modo que cada experiência pode ser melhor que a anterior. Para o autor, esta é uma ilusão, pois experiências sucessivas de relações amorosas não levariam a um aprendizado do amor, mas ao contrário, aperfeiçoariam as habilidades de “terminar rapidamente e começar do início”. O amor não comporta regras invariáveis, pois os relacionamentos se dão num espaço instável, o que torna a repetição de hábitos inútil, quando não desastrosa.

Bauman (op.cit) destaca o caráter criativo do amor. Amar é reconhecer a liberdade incorporada no outro, o desconhecimento do futuro, o que requer coragem e humildade, tornando tal habilidade rara em uma sociedade imediatista e consumista como a nossa. A estreita relação do amor com a alteridade e com o mistério faz com que as tentativas de posse, de poder, de fusão sejam mortais para este sentimento. Mas infelizmente essas inclinações caminham lado a lado com ele. O amor não suporta o misterioso encantamento do outro, então precisa subjugar-lo, e quando consegue, o encantamento se esvai. “Eros move a mão que se estende na direção do outro - mas mãos que acariciam também podem prender e esmagar” (p. 23).

As diferenças pessoais são um fator que, invariavelmente, gera conflitos para o casal. O ser amado é comparado por Bauman (op.cit) a uma tela, onde o sujeito

busca pintar e retocar até que a pintura se revele um retrato do próprio pintor. Assim, a adoração do ser amado se aproxima da auto-adoração.

O autor compara o objeto do amor a um bem de consumo. Assim como os impulsos, inclusive aqueles que nos levam a consumir, as relações modernas têm declaradamente um caráter transitório. Nada do que ocorrerá neste curto espaço de tempo trará conseqüências duradouras o suficiente para influir numa relação futura. E tal qual acontece com os bens, o objeto amoroso é trocado logo que aparece outro mais “moderno” ou “atraente”.

O relacionamento é visto também como um investimento. Como tal, ele possui riscos e almeja algo em troca: o lucro, que viria sob a forma de amor, companheirismo, ou seja lá o que se esteja buscando. No entanto este lucro nunca é garantido. Sendo assim, a promessa de compromisso, que sofre a influência de vários fatores no relacionamento, tornar-se-ia irrelevante a longo prazo. O questionamento acerca da escolha certa se faz então inevitável. A pessoa precisa estar sempre vigilante. Para o autor, estar num relacionamento significa uma incerteza permanente. Visando pôr fim à insegurança trazida pela solidão, a busca de um relacionamento acaba, portanto, acentuando o sintoma.

Para Bauman (2003), as relações de curta duração são altamente prazerosas porque trazem o conforto de não exigirem dedicação nem comprometimento. São acima de tudo convenientes. O pouco investimento emocional faz com que as pessoas sintam-se mais seguras, menos expostas.

Ao traçar parâmetros definitórios para as relações afetivas, Puget e Berenstein (1993) fazem uma análise dos diferentes tipos de vínculos que unem duas pessoas. Com base nesta análise poderíamos dizer que as relações prevalecentes na atualidade se aproximam mais do que eles chamam “vínculo de amantes”, definido como “a relação amorosa exogâmica entre dois egos, hetero ou homossexual, com negação e/ou recusa de enquadramento matrimonial” (p.14).

Segundo eles, este tipo de vínculo não tolera projetos implicando futuro e tem como vantagem a possibilidade de recriar ilusoriamente uma vivência de incondicionalidade. Sem a estabilidade trazida pela cotidianidade - Parâmetro definitório que caracteriza o vínculo matrimonial, que se refere ao tipo de estabilidade

baseada em uma unidade temporal e espacial caracterizada pelos intercâmbios diários - fixa-se a ilusão de um prazer permanente, livre de obrigações.

No caso dos relacionamentos conjugais, oficializados ou não, a consciência da fragilidade do vínculo de afinidade, ao contrário do vínculo de parentesco, preocupa e traz o peso da responsabilidade. A qualquer momento podem surgir dúvidas quanto à opção feita. A escolha requer reafirmação diária a fim de se manter a afinidade. E essa dedicação e esforço de reafirmação são preços que muitos preferem não pagar.

A emergência de uma sociedade individualista trouxe encargos que transformaram os relacionamentos conjugais quase que num desafio. É interessante perceber que, mesmo que isso cause muito temor, também instiga, como se o grande atrativo fosse justamente a superação das adversidades. Esta tendência a ir de encontro ao conformismo que poderia resultar das dificuldades aparece quando observamos o surgimento de variadas formas de relacionamento amoroso.

A maneira como encaramos o amor atualmente é claramente distinta de outras épocas, distinta inclusive de acordo com a cultura. Quando voltamos no tempo para buscar referências a respeito deste sentimento em sociedades mais antigas, não é fácil encontrarmos, fora das expressões artísticas, dados sobre o relacionamento íntimo do casal, aquilo que hoje chamamos de “envolvimento psicológico”, de maneira que muitas vezes recorremos à dedução a partir de outras informações obtidas, o que não deixa de ser coerente. Mas quando falamos a respeito de outras culturas, em outras épocas, precisamos relativizar conceitos que para nós, atualmente, são muito concretos. Ao afirmarmos que não existia ou não existe amor nos casamentos em determinada sociedade, de que conceito de amor estamos tratando? Vimos aqui que a ascensão do individualismo, bem como a industrialização, dentre outros fatores, trouxeram mudanças bastante profundas para as relações sociais, mudanças que já iam sendo processadas, mas que num curto período de tempo intensificaram-se. Assim, o amor adquiriu, entre nós, características impensáveis tempos atrás, podendo até mesmo reunir em uma só relação aspectos contraditórios, anteriormente atribuídos somente às relações conjugais ou somente às extraconjugais. Conforme afirma Duby (1991), as maneiras de amar, assim como as relações entre o masculino e o feminino, já não são as mesmas.

Mas ao mesmo tempo, é possível perceber no amor contemporâneo traços já vistos em outros tempos, o que nos leva a crer que, apesar de ter adquirido uma configuração aparentemente original, os relacionamentos amorosos atuais conseguem atualizar características do passado, conjugando-as com novas normas e valores. E este amor é por nós supervalorizado a ponto de considerarmos qualquer variação a tal modelo como ausência do mesmo. Podemos então citar, no outro extremo, Bottéro (1991), segundo o qual, o amor e a sexualidade estão inseridos na nossa natureza mais profunda e primária, de modo que cada cultura os apresenta à sua maneira.

Quanto ao futuro dos relacionamentos, Jablonski costuma dizer que estamos caminhando para os chamados “casamentos seriais”, ou seja, para uma época (não muito longe) em que as pessoas se comprometerão em seus relacionamentos, mas somente por um período, após o qual poderão se dedicar a um novo relacionamento, também temporário, e assim sucessivamente. Isso não significa necessariamente uma diminuição da intensidade do envolvimento emocional, conforme foi visto. Ao que tudo indica, esta é mais uma forma de adaptação necessária aos novos tempos. Só não sabemos até quando o amor continuará a manter o status de condição para o casamento, uma vez que o desenvolvimento das relações sociais no curso do tempo segue movimentos cíclicos, como foi possível constatar.

2.3

A crise no casamento

Para abordar as formas de conjugalidade contemporâneas é imprescindível entendermos o que vem ocorrendo com o casamento nas últimas décadas. Causa ou efeito do panorama atual? O que sabemos é que a instituição do casamento é cada vez mais questionada, especialmente pelos mais jovens, o que pode ser encarado como uma crise, ou simplesmente como um processo de transformações e adaptações que naturalmente se fazem necessárias numa época em que as mudanças são cada vez mais frequentes e velozes.

Em todo o mundo a família e a instituição do casamento vêm passando por momentos difíceis. Quando pensamos em família, logo nos vêm à cabeça aquele modelo tradicional que inclui mãe e pai casados e filhos. No entanto, as uniões

conjugais têm ganhado formas cada vez mais heterogêneas, podendo ser adaptadas de acordo com os interesses do casal, pois a satisfação de cada um dos cônjuges é essencial nas relações modernas.

Ao estudar a crise no casamento contemporâneo, Bernardo Jablonski (1991) destaca e analisa o que seriam as principais razões para tal situação. Dentre elas estariam os processos de modernização e urbanização, que levariam a uma perda da visão coletiva e à ênfase nos interesses individuais e na intimidade, permitindo uma maior separação entre os membros da família e também o isolamento dos mais velhos. O autor denomina “fam-ilhas” as estruturas familiares resultantes dos processos citados. Assim, a família atual é caracterizada como uma ilha: cada vez menor, mais distante da família extensa, mais centrada em si. Também contribui para isso a gradual perda de funções da família, como trabalho, cuidados médicos, educação, asilo, funções estas que foram entregues a instâncias sociais. A mulher, que exercia a maioria destas funções, viu sua esfera de ação ser restringida ao âmbito da afetividade ou a “funções psicológicas”, e estas por sua vez são desvalorizadas em relação ao papel do homem, que trabalha para prover a família.

As famílias modernas possuem, portanto, grande função emocional. A perda das funções econômicas da família permitiu maior independência do indivíduo, que passa a poder viver sozinho, o que era impensável tempos atrás. Com o advento da modernidade, a família perde sua função histórica básica: a de garantir a nossa sobrevivência. A questão da afetividade tornou-se, então, fundamental. O afeto que era distribuído pela família extensa passou a concentrar-se em poucos membros, que ganharam grande importância. Os filhos hoje têm uma importância emocional nunca tida antes. Mudou a maneira de enxergar as crianças, que passaram de adultos em “miniatura” a seres singulares e possuidores de atributos admiráveis, o que trouxe como consequência uma sobrecarga emocional. A diminuição das taxas de mortalidade infantil também permitiu maior ligação emocional com as crianças, já que se tornou mais remota a possibilidade do envolvimento ser interrompido por uma morte precoce. Com a afetividade em foco, o amor ganhou importância central nas relações familiares, criando uma interdependência entre os membros, no sentido de

terem de suprir todas as necessidades afetivas uns dos outros. Para a família, ficou difícil então atender a todas as expectativas.

Uma outra razão para a situação de crise seria a idealização do amor. Jablonski (1991) destaca o quão recente é a união entre amor e casamento. Até aproximadamente o século XVII os casamentos não eram realizados por amor, mas sim por interesses econômicos.

Um outro fator motivador da crise seria a longevidade. No século XX as taxas de mortalidade caíram surpreendentemente, aumentando a expectativa de vida, de modo que os casamentos tendem a durar muito mais, ao menos teoricamente. Na prática, como veremos ao longo deste trabalho, a modernidade trouxe a possibilidade de encurtar casamentos não tão bem sucedidos com certa facilidade, menos culpa e maior aceitação social. Hoje, o divórcio encerra uniões da mesma forma que a morte o fazia há tempos atrás. Os casamentos duravam até a morte numa época em que a expectativa de vida era bem menor. Soma-se a isso o fato de as famílias estarem mais nucleares, o que faz com que os cônjuges voltem a atenção uns para os outros, pois já não há muitos filhos. E esses poucos crescem e saem de casa bem antes do falecimento dos seus pais, e quando isso ocorre, homem e mulher voltam a perceber-se depois de muitos anos devotados às crianças, ao trabalho e a interesses pessoais. Daí surgem os conflitos, pois os cônjuges precisam lidar mais diretamente com as diferenças individuais e, na maioria das vezes, não estão preparados para isso.

As transformações ocorridas na esfera da sexualidade também afetaram profundamente as relações amorosas, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher neste contexto. Assim como a liberação sexual, a emancipação feminina tem levado a uma demanda de maior igualdade entre homens e mulheres. No entanto, apesar de a mulher estar saindo da posição passiva, ela ainda não condiz com aquilo que a mídia divulga, estando no meio do caminho, o que, segundo o autor é fator que precipita a crise. Sabemos que a frustração aumenta à medida que ocorre mais próxima do alvo. Fazendo uma analogia à questão da emancipação feminina, ele considera que o grau de insatisfação das mulheres era menor quando elas eram mais passivas com relação ao casamento. Quanto maior a expectativa, maior a frustração. E a frustração das mulheres com relação ao casamento estaria ocorrendo devido aos

avanços relacionados à emancipação feminina, pela sobrecarga trazida pela dupla jornada, entre outras coisas. Elas nem sempre conseguem corresponder a todas as expectativas que a sociedade lhes impõe, sentindo-se frustradas por não alcançarem aquele ideal de mulher difundido pelos meios de comunicação.

São ainda as mulheres as mais afetadas pelas conseqüências da revolução sexual da década de 60. O advento da pílula permitiu a separação entre sexo e procriação, dando a elas a possibilidade de desfrutar de certa liberdade até então exclusiva dos homens, o que também pode ter contribuído para a diminuição do número de mulheres casando-se virgens. O sexo vem se tornando mais igualitário, com uma maior preocupação com o prazer da mulher, e a virgindade feminina também não é mais valorizada e guardada como antigamente, sendo considerada hoje uma opção. O autor ressalta, ainda, que hoje elas são as que mais tomam a iniciativa do divórcio, apresentando maior insatisfação com o casamento.

A posição mais independente e ativa da mulher trouxe conseqüências também para a questão da fidelidade. Podemos dizer que ainda hoje, no que diz respeito às diferenças de gênero, vigora a chamada “dupla moral”: meninos e meninas recebem educações diferentes com relação à sexualidade. Elas são orientadas de maneira mais conservadora. Apesar disso, a emancipação feminina permitiu que a mulher contestasse algo que sempre foi tido como “natural”, que é a infidelidade masculina. E ela não só contesta como também reivindica seus direitos, o que tem provocado muita polêmica.

Jablonski (1991) chama a atenção para a contradição entre a concepção de casamento monogâmico indissolúvel e a liberação sexual, que faz da monogamia um compromisso difícil de ser cumprido para muitas pessoas. O adultério aparece então como uma das soluções encontradas para lidar com um problema trazido pela longevidade: os casamentos muito duradouros. Torna-se difícil ter de se contentar com um único parceiro durante muito tempo, enquanto vivemos numa busca incessante por novidades, sob a influência de uma época marcada por rápidas transformações e imensa descartabilidade. Sabe-se que ainda hoje a infidelidade masculina é mais aceita que a feminina, porém a liberação e a emancipação feminina estão trazendo novas prerrogativas a esse respeito. Apesar de estudos mostrarem que

as mulheres, quando se envolvem em relações extramaritais, o fazem dentro de um contexto mais afetivo, percebe-se que elas estão entrando com mais facilidade em relações de curta duração. Podemos verificar então que as mudanças no papel da mulher produziram grande impacto sobre o casamento, de modo que o autor considera a emancipação feminina um dos fatores relacionados à crise.

Finalmente, Jablonski (op.cit) destaca o papel da mídia nesta problemática. Hoje a televisão consegue atingir a maioria da população e por um tempo considerável, criando inclusive padrões comportamentais. A questão do casamento tem chamado a atenção da imprensa, mas apesar de prestar serviços importantes, a mídia às vezes divulga inverdades. Quando são divulgadas e generalizadas características de comportamento de um povo, mesmo que a informação não esteja correta a tendência é que tais características sirvam de modelo para todos os demais. Em função da insegurança trazida por uma época de transições bruscas, as pessoas tendem a conformar-se com aquilo que lhes é transmitido. As respostas que antes vinham da família e da Igreja, hoje chegam através dos meios de comunicação. A TV mostra especialistas que trazem ensinamentos tanto para os pais quanto para os filhos, norteando comportamentos, expectativas, educação. Mas a mídia não cria inverdades sem algum fundamento, e mesmo nestes casos a divulgação maciça acaba por tornar-se realidade. O aumento do número de divórcios e sua divulgação fazem com que cresça sua aceitação, e assim aumentem ainda mais, pois o medo da desaprovação social que inibia os divórcios não existe mais.

Mas o intenso processo de modernização que a sociedade vem sofrendo, e que atinge várias áreas, mas não todas, esbarra nas dificuldades que os indivíduos encontram em acompanhar tantas mudanças. Por mais que nos consideremos “modernos”, todos nós temos uma “bagagem”, uma história de vida que não pode ser deixada para trás tão facilmente e substituída por novos valores de uma hora para outra.

O impacto dessas transformações recai também sobre a família e a subjetividade, causando dificuldades e angústia. As mudanças nos modelos e ideais de família não são assimiláveis facilmente, o que torna a adaptação ao novo um tanto quanto conflituosa.

A mudança social no âmbito da subjetividade é a que ocorre com mais dificuldade. As pessoas inseridas neste processo precisam estar sempre solucionando as dificuldades dele decorrentes, e assim acabam se protegendo atrás de rótulos como “modernas” ou “arcaicas”, rótulos estes que encobrem a complexidade do processo.

A esse respeito, Figueira (1987) destaca o quanto as mudanças rápidas são superficiais, de forma que “o novo e o moderno convivem com o arcaico e o antiquado”. O autor distingue dois tipos de família: o primeiro é definido como hierárquico e tradicional, e prevalecia nos setores médios da sociedade na década de 50. Esta família é relativamente organizada, “mapeada”. Nela as diferenças entre homem e mulher são muito bem demarcadas, com o homem ocupando uma posição superior em relação à mulher e aos filhos, havendo ainda um duplo padrão de moralidade. Da década de 50 em diante a família sofreu um processo de modernização impulsionado por um ideal de família igualitária, que questionava a hierarquia, a desigualdade e a diferença de privilégios. Nesta, as diferenças pessoais são mais relevantes que as sexuais, etárias ou posicionais, e as noções de certo e errado ganham flexibilidade. No entanto estes dois tipos bem definidos de família são muito mais ideais do que reais, servindo como modelo a ser seguido ou evitado.

Figueira (op.cit) ressalta que o processo de modernização não se dá de maneira linear, o que torna a realidade da família modernizada ambígua. A emergência de um ideal igualitário traz em seu bojo personagens heróicos e glamourosos que são constantemente substituídos como possibilidades de identificação para aqueles que desejam se desligar de suas identidades tradicionais. A velocidade das mudanças é tanta que novas identidades se sobrepõem às antigas sem que haja alteração substancial.

O processo de modernização também estaria produzindo, segundo o autor, um enfraquecimento de fronteiras entre categorias diferentes, com a redefinição das mesmas através de uma idéia de ligação que traz uma nova identificação que lhes é comum. Por exemplo, através desta idéia, homens e mulheres, adultos e crianças são percebidos como indivíduos, minimizando suas diferenças intrínsecas. Tudo isso seria resultado de uma ideologia igualitarista que tende a diluir os marcadores das diferenças intrínsecas como sexo, idade ou posição social. As diferenças resultam

cada vez mais de escolhas individuais dentro de um conjunto de possibilidades previamente definido, onde as manifestações hierárquicas são inibidas. No entanto, esta inibição se dá no plano do discurso e não necessariamente significa a abolição de certas idéias. Um exemplo disso é o fato de algumas maneiras de se falar de homossexuais e negros estarem sendo inibidas, sem que, no entanto, isso signifique que o preconceito esteja sendo erradicado.

Assim, a difusão da psicanálise teria papel importante neste processo, pois além de orientar as pessoas afetadas pela modernização acelerada, reforça a lógica do igualitarismo, da dissolução de fronteiras ou da construção delas. Os conceitos psicanalíticos são então considerados como universais e democratizantes, pois unem seres tidos como intrinsecamente diferentes em torno de uma só categoria: indivíduo.

Não se pode negar a relação existente entre as transformações sociais e as transformações subjetivas. Figueira (op.cit) chama a atenção para o fato de que as mudanças são tão rápidas que, ao contrário do que parece, o “moderno” não substitui o “arcaico”: eles coexistem. Mesmo que esteja invisível, o “arcaico” consegue fazer oposição ao “moderno”, que representa aquilo que desejamos, mas nem sempre conseguimos ser.

O autor chama de desmapeamento a coexistência de mapas, ideais, identidades e normas contraditórias nos sujeitos: “O ‘desmapeamento’ (...) não é perda ou simples ausência de ‘mapas’ para orientação, mas sim a existência de mapas diferentes e contraditórios inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito” (p 22). Além de gerar certa desorientação e conflitos de identidade, o desmapeamento também provocou tentativas de solução. Uma delas foi o aumento da demanda de psicoterapia e psicanálise em virtude das dificuldades trazidas por mudanças aceleradas. A segunda é definida pelo autor como “modernização reativa” ou falsa modernização. Para explicá-la o autor recorre à definição de dois tipos de regra: de primeiro grau e de segundo grau. A primeira requer uma autoridade exterior ao sujeito e define o conteúdo do comportamento, sendo fundamental para o ideal de família hierárquica, com noções claras de certo e errado. A segunda emana do exterior do sujeito, mas não define o seu comportamento e sim o convida a pensar e decidir o que fazer, diminuindo assim a possibilidade de rebeldia e confronto. Esta

regra dá ênfase ao sujeito e não ao “código” (Foucault, 1984, in Figueira, 1987), sendo assim fundamental para o ideal de família igualitária. Há ainda um terceiro tipo de regra que consiste na regra de primeiro grau com conteúdo modernizado, ou seja, muda o conteúdo (de arcaico para moderno) mas o mecanismo continua o mesmo. Na modernização reativa o conteúdo “moderno” funciona como reação ao conteúdo “arcaico” (este permanece inconscientemente), numa mudança apenas de conteúdos, onde o imaginário moral continua o mesmo, podendo sempre se manifestar, o que exige uma reatividade ainda maior. Deste modo, a verdadeira modernização seria aquela que transformaria, no interior do sujeito, regras do primeiro grau em regras do segundo grau, constituindo um processo de individuação.

Assim, diante da velocidade das transformações e da inércia da subjetividade o sujeito não consegue modernizar profundamente o seu funcionamento, limitando-se a atualizar o conteúdo do comportamento através da modernização reativa.

De acordo com o autor, como solução para o desmapeamento a modernização reativa tem uma ação positiva (produtiva) e uma negativa (supressora): a positiva leva os sujeitos à ilusão de que são apenas o que desejam ser; a negativa leva à supressão do arcaico, daquilo que não se deseja ser.

Diante disso o autor conclui que não há uma “nova família brasileira”, mas sim uma família onde valores modernos convivem com valores arcaicos. Sendo assim, quanto mais harmoniosa for esta convivência, mais satisfatória será a relação conjugal e/ou familiar.

Chaves (1997) afirma que existe, sim, no Brasil hoje uma nova família, mas esta tem como ponto de referência básica a família tradicional. Segundo ela, o processo de transformação que o modelo familiar tradicional vem sofrendo não significa que ele tenha se tornado inoperante ou falido, o que de certa forma ratifica a teoria de Figueira.

Podemos perceber então que são muitas as razões para as dificuldades que o casamento vem enfrentando. E “enfrentar” é a palavra-chave, pois apesar de tudo as pessoas ainda optam em sua maioria por dividir suas vidas com alguém, embora muitas destas uniões tenham adquirido formas alternativas. Como num movimento de

auto-preservação o casamento “persiste” promovendo as adaptações necessárias para sobreviver nas condições atuais.

2.4

O casamento hoje

Transformações sociais ocorridas nas décadas de 60 e 70 começaram a modificar a concepção de casamento e a trazer questionamentos acerca da estruturação e do funcionamento das relações diádicas, surgindo assim a possibilidade de novos arranjos conjugais. Até o início da década de 60 os valores que organizavam as relações conjugais eram baseados em normas sociais bem definidas. A partir de então, a concepção clássica de casamento começou a ser questionada. Ela continua a ser uma referência, mas novos tipos de arranjos conjugais surgiram.

Os diversos questionamentos, impulsionados por fatores como o movimento feminista, o surgimento da pílula anticoncepcional, a difusão da psicanálise, entre outros, provocaram uma “modernização” no conjunto de valores das classes médias urbanas. Juntamente com tais movimentos, deu-se uma difusão de princípios igualitários e individualistas. Os padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres foram questionados, assim como a virgindade feminina, a religião, afetando assim a estrutura e o funcionamento da relação conjugal. Tudo isso pode ter acarretado um esvaziamento das regras sociais, fazendo com que os sujeitos se organizassem em função de valores mais individualizados e flexíveis, partindo de um referencial interno baseado na experiência pessoal. Assim, os novos ideais de conjugalidade baseiam-se em aspectos como a menor segregação dos papéis conjugais, o respeito ao espaço e à individualidade de cada um, a vigência de um código moral simétrico, e a igualdade entre homem e mulher nos planos profissional e sexual. Esses valores são norteados por princípios igualitários e individualistas, organizando os arranjos de forma que os referenciais internos e a experiência pessoal de cada um ganham importância substancial.

Influenciados pela psicologia e/ou psicanálise, as classes médias urbanas privilegiam em suas relações conjugais a liberdade, a igualdade e a singularidade, respeitando e preservando as diferenças individuais, e valorizando a verbalização e a

elaboração de emoções. Estas relações devem estar baseadas em laços afetivos, no desejo de estar junto. Assim, a concepção de casamento fundamenta-se mais nas concepções que cada cônjuge traz internalizadas do que em normas definidas socialmente. Desta forma, os laços afetivos e o compromisso interno de cada um são mais valorizados que os vínculos formais.

A concepção clássica de casamento o define como “união solene entre duas pessoas de sexos diferentes, com legitimação religiosa e/ou civil” (Ferreira, 1993). No entanto, novas definições surgiram a partir de transformações sociais, trazendo opções como o divórcio, o recasamento, o casamento em casas separadas e o casamento sem vínculos legais. Atualmente até as uniões que não são legitimadas por cerimônia civil ou religiosa podem ser consideradas como casamento, visto que grande parcela das relações conjugais dos grandes centros urbanos se estrutura desta forma.

Dias (1995) afirma que a concepção de casamento atual engloba duas possibilidades de opção conjugal: uma fundamentada no vínculo formal a partir de legitimação religiosa e/ou civil, e outra fundamentada na idéia de que casamento é convivência, independentemente dessas legitimações. A esta última denomina coabitação, aquilo que hoje reconhecemos como união estável.

A coabitação surgiu a partir do questionamento da concepção de casamento tradicional, ligada à modernização dos valores familiares e conjugais. Segundo a autora, de início a coabitação foi uma opção para aqueles que já tinham sido casados, mas hoje é bastante difundida tanto como opção conjugal quanto como uma fase intermediária entre o namoro e o casamento. No Brasil, a coabitação vem crescendo nas classes médias urbanas desde a década de 60. Após a sanção do divórcio, em 1978, constituiu-se também como primeira opção conjugal entre os jovens, significando ruptura com valores e normas tradicionais e funcionando como um casamento experimental.

Nas classes médias cariocas, a concepção de casamento predominante tem um enfoque individualista, privilegiando o indivíduo em detrimento das relações em família. A relação é então baseada em critérios de escolha afetiva e sexual, sustentados por um ideal romântico. Assim, o casamento pode ser definido como um

“viver junto” com ou sem vínculos legais. No segundo caso, há um compromisso, mas ele é interno, assumido diante de si mesmo e do parceiro. A classe média carioca convive, portanto, com duas concepções de casamento.

A coabitação vem deixando de representar, portanto, uma oposição ao casamento, passando a ser uma opção para aqueles que não são religiosos, para os que preferem fugir do tradicional, e até mesmo como um estágio antes do casamento. É comum observarmos casais que coabitam fazendo planos de legalizarem a união, assim como casais que optaram por casar legalmente depois de já dividirem o mesmo teto.

Impulsionada pela sua aceitação social e pelo aumento da liberdade sexual entre os jovens, a coabitação ainda suscita discussões acerca da definição do seu papel social, pois não é um namoro, e para muitos também não é um casamento. Para Dias (1995) representa uma semiconsagração social, pois é aceita como relação não marginal, mas que ainda não possui o caráter oficial do casamento.

A autora afirma que muitos dos casais que coabitam pensam em casar-se legalmente, outros não. Assim, o que parece ter mais importância para os parceiros é a estabilidade da relação e não a sua legalização.

Enquanto fase preparatória para o casamento, a coabitação seria uma forma de testar a durabilidade da relação, de avaliar melhor o outro, funcionando como um estágio intermediário entre o namoro e o casamento:

“(…) a coabitação, como fase experimental, não rompe com valores e normas estabelecidas, apenas as modifica. Transforma uma regra estabelecida, o noivado, em algo mais adequado à realidade contemporânea” (Dias, 1995, p 31).

Desta forma, os ajustamentos entre o casal são feitos antes do casamento e não depois, como na forma tradicional.

A coabitação também pode ser uma alternativa para aqueles que contestam o casamento tradicional, ou para aqueles que não tiveram uma boa experiência com o casamento, que é então encarado como um modelo ultrapassado e que precisa ser reformulado. Desta forma, a coabitação não é considerada um casamento. Para a autora, este tipo de relação é frágil, já que o vínculo se estabelece de forma ambígua.

Quando vista como uma variação do casamento, não há diferenças entre os dois tipos de vínculos, a não ser pela existência ou não de uma certidão. Enquanto a

coabitação se baseia em um compromisso individual, o casamento engloba além deste, um compromisso social. No primeiro caso, o ideal de conjugalidade apóia-se na idéia de relação conjugal como a convivência cotidiana sob o mesmo teto, onde o vínculo afetivo é mais importante que os vínculos religiosos ou legais.

Apesar da sua difusão, não podemos afirmar que a coabitação possua o mesmo status do casamento. No entanto, Dias (1995) destaca que as normas e expectativas que circundam os dois tipos de relação são basicamente as mesmas. Tanto na coabitação quanto no casamento as mulheres são mais responsáveis pelo desempenho de tarefas domésticas, porém no primeiro caso esta delimitação é menos rígida. Na coabitação a fidelidade também é muito importante. A possibilidade de infidelidade ameaça seriamente o vínculo de uma união que não possui caráter oficial, o que torna a possibilidade de rompimento mais atemorizante. Nos dois casos, o vínculo do casal é mais valorizado que vínculos familiares ou de amizade, e filhos são bem-vindos, porém não logo após a união.

No âmbito financeiro sobressaem algumas diferenças entre esses dois tipos de união. Segundo pesquisa citada em reportagem exibida pelo Fantástico em 27/03/05, realizada entre casais estáveis, legalmente casados ou não, com marido e mulher possuindo renda própria, o dinheiro está entre as principais causas de conflitos. Verificou-se que o fato da relação ser “oficial” ou não muda a forma como os casais lidam com o dinheiro. Segundo a pesquisa, 30 % dos casais oficialmente casados têm conta corrente conjunta, enquanto apenas 6% dos que vivem juntos dividem a mesma conta bancária. Entre os coabitantes, apenas 59% sabem o quanto cada um ganha, ao passo que 80 % dos casados conhecem o rendimento do outro. E na maioria das vezes, independentemente do tipo de união, é o homem quem arca com os gastos mais pesados.

Segundo Béjin (1987), a coabitação seria uma forma, geralmente inconsciente, de tentar conciliar comportamentos considerados incompatíveis nas antigas sociedades, ou seja, uma tentativa de unir traços da vida conjugal e das uniões extraconjugais. Béjin faz então uma correlação entre o “amor conjugal comedido”, o “amor extraconjugal apaixonado”, e a “coabitação de jovens”, a partir de nove critérios de diferenciação.

O primeiro refere-se à duração potencial da vida em comum, que tradicionalmente só era interrompida com a morte de um dos cônjuges, enquanto que a união extraconjugal não incluía coabitação prolongada. A coabitação juvenil situa-se entre as duas anteriores: não é tão efêmera quanto as ligações ilícitas, mas também não se baseia na indissolubilidade, requer uma renegociação diária de sua duração. O segundo critério é a consagração social da união: a coabitação não tem o caráter oficial e cerimonial do casamento, e nem é associada à promiscuidade. Ela desfruta de uma semiconsagração social, constituindo um rito preliminar que anunciaria o casamento.

Quanto às finalidades essenciais da união, terceiro critério, observa-se que os casamentos eram realizados, principalmente, por razões econômicas e por interesses que não incluíam o amor, de modo que se buscava nas relações extraconjugais as alegrias e satisfações sexuais não encontradas no casamento, sem distinção de classe. A coabitação juvenil traz ambos os traços, já que algumas considerações materiais influem na escolha do parceiro, assim como se busca primordialmente um entendimento sexual, até mesmo para que se mantenha a ligação.

A diferenciação das funções na vida em comum constitui outro critério. Era marcante no casamento uma diferenciação nas funções de cada cônjuge, estabelecendo assim uma complementaridade, o que não ocorria na união extraconjugal. Na coabitação juvenil também existe divisão de tarefas, favorecendo uma complementaridade, mas há ainda uma busca de igualdade, de simetria perfeita, o que seria impossível de alcançar, vindo a causar desavenças com base na crença em igualdade, formando então um círculo vicioso.

A fidelidade constituía uma opção na união entre amantes e não um princípio, ao passo que a união legítima previa fidelidade mútua. Mas, na prática, a dupla moral prevalecente determinava imprescindível apenas a fidelidade feminina. Esta dupla moral estava adaptada à cultura e à sociedade pré-industriais. Hoje já é questionada, de modo que a mulher pode optar por se enquadrar nela ou não. A questão da fidelidade não se expressa, portanto, através de uma norma universalmente aceita. Para os coabitantes ser fiel significa respeitar o compromisso, assim como a situação de igualdade estabelecida, a fim de não correr o risco de destruir a relação. A dupla

moral dá lugar a uma “moral dual”, apoiada na divisão entre corpo e espírito. Diante da “fragilidade” do vínculo, que necessita ser redefinido quase que diariamente, aumentando a possibilidade de rompimento do mesmo, houve uma relativização na exigência de fidelidade. A sexualidade puramente “física” é diferenciada do amor que une carne e espírito, considerado mais completo e verdadeiro. Para os coabitantes, a traição puramente “física” pode ser tolerada, mas quando envolve “sentimento” torna-se mais grave. Já que existe a crença de que para a mulher é mais difícil separar amor e sexo, a infidelidade feminina se mostra muito mais ameaçadora à relação, o que nos remete à dupla moral.

O modo de expressão dos sentimentos configura o sexto critério de diferenciação. A relação extraconjugal era o campo de maior entrega às paixões, por sua natureza efêmera e por sua finalidade de proporcionar prazer aos amantes, enquanto que no casamento, mesmo que existisse amor, a sua manifestação era mais comedida, mais respeitosa, pois a honra da esposa devia ser resguardada. Hoje os jovens coabitantes buscam sintetizar essas características. Querem demonstrar livremente sua paixão, e ao mesmo tempo fazem reserva a fim de não aparentar muito envolvimento, mesclando comedimento e exagero. Existe ainda uma exigência recíproca de lealdade que requer a ausência de segredos entre os parceiros, de forma que tudo seja compartilhado, dividido, o que gera um acúmulo de funções que termina por sobrecarregá-los.

O fundamento normativo da relação sexual constitui o sétimo critério de diferenciação. No passado os cônjuges podiam se considerar proprietários um do outro e assim exigir aquilo que determinavam as conveniências sociais e as prescrições religiosas sobre as relações sexuais, o que chamavam de “dívida conjugal”. O mesmo não ocorria na relação extraconjugal, onde as trocas não implicavam em apropriação. Atualmente os jovens coabitantes tentam, ao mesmo tempo, manter a posse e os direitos sobre seu corpo e suas sensações, e usufruir uma “expansão sexual” que impõe o direito ao gozo pleno para além dos limites da sexualidade física, incluindo amor, fidelidade, franqueza, etc.

A atitude diante da fecundidade é outro critério segundo o qual os coabitantes tentam conciliar traços das antigas relações extraconjugais e conjugais. Estes não

afastam a possibilidade de ter filhos, porém a gestação é adiada por um período variável, que geralmente é seguido de um desejo de concepção e uma preocupação com a fertilidade.

Com relação à área afetiva, nono e último critério apontado, observa-se que a afetividade do casal de amantes se limitava ao próprio casal, já que a união não podia ser socialmente reconhecida, nem podia gerar frutos. Com o casamento os parceiros construía em torno da união uma rede de relações que torna a área afetiva neste caso mais ampla, incluindo filhos, amigos, vizinhos, parentes. Na coabitação a afetividade não se limita ao casal de modo semelhante à situação de clandestinidade do vínculo de amantes, no entanto as outras relações do casal, de amizade ou parentesco, não ocupam a posição que ocupavam nas uniões legítimas. Apesar das relações com os pais de ambos, os amigos, eventualmente os filhos, o casal constitui o “centro de gravidade” da área afetiva.

Vimos assim que a coabitação juvenil sintetiza características das uniões conjugais e das relações extraconjugais, e o mesmo vem ocorrendo com os casamentos atuais. Cada vez mais as pessoas casadas comportam-se como os coabitantes anteriormente descritos, adiando a vinda de filhos, valorizando a liberdade e a sexualidade, ou tolerando pequenas infidelidades.

Goldenberg (1994) atenta para o que os sociólogos chamam de “problema sem nome”, definido pela dificuldade em se escolher entre os variados tipos de arranjos conjugais existentes na atualidade. Todos nós carregamos um modelo de família e casamento, mas levados pela sedução de alternativas “modernas”, queremos conciliar as duas formas de conjugalidade, a tradicional e a moderna, porém desfrutando apenas das vantagens de cada uma, sem as desvantagens. Ela descreve o amor como um “sentimento amplo, difuso, tranqüilo e duradouro”, enquanto a paixão aparece como um “sentimento inicial e provisório”, que se transforma ou acaba com o passar do tempo. Suas pesquisas revelam que as pessoas consideram impossível permanecer por muito tempo em estado de paixão, devido à natureza inquietante deste sentimento. Este deve transformar-se em amor, algo mais tranqüilo, mas sempre trazendo resíduos daquela paixão para manter o desejo e não transformar-se em amizade. A infidelidade aparece como uma busca desesperada por se sentir vivo,

excitado, desejável novamente. Assim como a segurança em relação ao amor do outro faz cair a frequência e a importância das relações sexuais, o ciúme e a insegurança podem determinar o aumento do desejo sexual.

Entre os jovens casais, está sendo valorizada a fidelidade como disposição natural de pessoas que se amam, e não aquela baseada em prescrições morais. Aqui não existe a “dupla moral”. Há um acordo de exclusividade sexual, que vale igualmente para os dois sexos. Goldenberg cita ainda a existência de uma “lógica confessional”, com a necessidade de se contar tudo ao outro, até mesmo possíveis aventuras extraconjugais.

O casamento como contrato está cedendo lugar a uma união baseada em sentimentos, no desejo de estar junto, o que requer negociações e conquistas diárias, além de ser cogitada agora a hipótese da dissolubilidade. Com isso, nasce a importância de se discutir a relação: é preciso equilibrar a busca de igualdade e a valorização da individualidade e isso requer muito diálogo.

Mas não é apenas nas relações conjugais que podemos observar tantas mudanças de valores e comportamentos. É possível notar esta tendência desde os relacionamentos menos formais, especialmente entre os jovens. O namoro, por exemplo, inclui atualmente comportamentos e atitudes que antes só eram aceitáveis dentro do casamento, como o sexo, por exemplo.

O namoro tradicional sempre esteve ligado ao processo de casamento e de escolha dos cônjuges. Não se namorava apenas por namorar, ou para obter prazer, e sim com um propósito maior que era o casamento. Até que o candidato tivesse condições econômicas de pedir a “mão” da moça, o namoro transcorria secretamente, longe dos olhos do pai e dos irmãos dela. O rapaz não era recebido na casa da moça, a menos que houvesse entre eles um compromisso, uma promessa de casamento. Todo este controle tinha como objetivo a preservação da honra, da reputação, da pureza que a virgindade representava, o bem supremo de troca para o matrimônio. A moça que tivesse um namoro ou noivado que não resultasse em casamento tinha a sua reputação prejudicada (Chaves, 1993).

Estas regras e valores eram ditados pela elite brasileira, pelos médicos e pelo Estado, seguindo a política higiênica do início do século XX. No entanto o que era

prescrito nem sempre era de fato cumprido. Entre as camadas mais pobres da população as regras de relacionamento eram mais brandas, as mulheres tinham mais autonomia com relação à sexualidade, coisa que as moças dos segmentos mais altos da sociedade só alcançaram há pouco tempo.

Apesar de ainda trazer resquícios do namoro tradicional, hoje muitos costumes relacionados ao namoro sofreram mudanças, e a maior delas é a quebra do vínculo entre namoro e casamento. Entenda-se essa “quebra” como o fim da obrigatoriedade e não da relação entre os dois, pois esta ainda existe, porém com maior flexibilidade. Hoje a família não possui tanto poder de interferência, já é possível namorar pelo prazer da relação, assim como ter vários namoros antes de se casar. Mas, mesmo diante destas variações, o compromisso é um aspecto que continua presente. Mesmo não estando necessariamente relacionado ao casamento, o compromisso pressupõe um vínculo estável, monogâmico e fiel.

A partir dos anos 80 um tipo específico de relacionamento se tornou muito comum entre os jovens: o “ficar com”. Chaves (1997) estudou o fenômeno “ficar com” e a maneira pela qual ele se manifesta entre jovens de classes média e média alta de grandes centros urbanos brasileiros.

Segundo a autora, tal fenômeno difere de outras formas de relacionamento claramente delimitadas e legitimadas socialmente, como casamento, noivado, namoro, flerte, amizade, paquera... Marcado pela falta de compromisso e pela pluralidade de regras e usos, tem como principal objetivo a busca de prazer. É definido também como a menor forma de relacionamento amoroso entre duas pessoas, o “átomo da relação”, como diz Chaves (1997). Sua prática inclui conversa, carícias, beijos, “sarra-sarra”, abraços e relação sexual, podendo ocorrer todos estes tipos de contato ou apenas um. O tempo de duração é indeterminado, mas por definição o “ficar com” é passageiro e fugaz, podendo durar do tempo de um beijo a alguns dias.

O “ficar com” começou a tornar-se comum na década de 80 entre os jovens das camadas médias dos grandes centros urbanos brasileiros, adquirindo assim identidade própria. Pode ser caracterizado como um código estável, já que é

organizado por princípios fixos, apesar da pluralidade de desejos e de regras observados em sua prática.

Esta forma de relacionamento é hoje muito difundida e veiculada pela mídia. Comporta várias práticas, usos e tipos e pode ser experimentado com várias finalidades. Pode durar apenas algumas horas e compreende desde a troca de beijos até uma relação sexual, podendo ou não evoluir para um namoro. O ponto-chave é a falta de compromisso. Chaves (op.cit) considera o “ficar com” uma saída para a dificuldade de um indivíduo em se envolver emocionalmente e a maneira mais fácil de obter prazer sem se comprometer. Geralmente é desencadeado por uma atração física, um desejo, uma vontade, ou pela beleza. Mas também pode ocorrer impulsivamente, “como descarga”, como algo automático, ou “por pilha”, ou seja, insistência dos outros. No momento do “ficar”, o ato é mais importante do que o pensar. Não é preciso pensar no “amanhã”, no depois, o importante é aproveitar o momento, fazer o que a vontade determina. No “ficar com” as regras de comportamento não são bem delimitadas e rígidas, de modo que o peso da transgressão se dilui.

A autora destaca como outro princípio fundamental deste código de relacionamento a negação da alteridade, ou seja, a negação do outro como indivíduo singular. No “ficar com” o outro não é visto como um ser dotado de uma individualidade própria, e sim como alguém que tem a função de satisfazer um desejo qualquer.

A comutatividade do objeto é outra característica importante neste caso. Existe a possibilidade de trocá-lo sem dificuldade e a qualquer momento, sem o mínimo de culpa. O fato de um rapaz “ficar” com uma moça num dia não o impede de se interessar e ficar com outra no dia seguinte ou até mesmo no mesmo dia, e isso serve também para a menina.

Dentro deste contexto, o erotismo assume grande importância. Todas as partes do corpo sensual são erotizadas, existem várias possibilidades sexuais, de forma que o prazer não é limitado pela prática genital. Como a “ficada” pode ocorrer num espaço de tempo muito curto, o ato sexual nem sempre é possível ou desejado, de

modo que o corpo é explorado como possibilidade de se obter prazer de variadas formas.

Este tipo de relação é encarado muitas vezes como sendo negativo, talvez devido ao seu caráter fugaz. Ao mesmo tempo, pode ser pensado como uma fase de experimentação, de descobertas. É fato que, de uma forma ou de outra, acaba por causar preocupação numa época em que a violência e as doenças sexualmente transmissíveis estão freqüentemente nas manchetes.

Segundo Chaves (1995), o “ficar com” adquiriu ao longo destes poucos anos identidade própria, sendo, desta forma, irreversível, código para onde convergem ideais tradicionais e modernos; prazer sexual genital e um conjunto de práticas sexuais mais amplo; intimidade e, ao mesmo tempo, uma crescente desesperança de encontrá-la.

Para a autora, este novo código de relacionamento só pôde crescer dentro da sociedade urbana contemporânea, marcada pelo individualismo e pelo igualitarismo, onde as famílias estão em permanente mobilidade, os indivíduos mudam de posição social, se pensam autônomos e auto-suficientes.

O acelerado processo de modernização propiciou transformações nas relações amorosas como um todo e não apenas dentro do casamento. Atualmente existem tipos de relacionamentos destinados a atender aos diversos gostos e necessidades, mas o que todos eles têm em comum são as contradições decorrentes da conjugação de valores tradicionais e modernos.